



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

AMÉRICA LATINA: AS POSSIBILIDADES À EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA NOVA CONJUNTURA GEOPOLÍTICA

Francisco Quintanilha Vêras Neto¹

Tiago Fonseca dos Santos²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a conjuntura contemporânea com foco nas questões socioambientais e na estrutura político-econômica da América Latina – AL. Assim, pretende-se destacar a importância da EA e seu enquadramento dentro das questões atinentes à geopolítica, para se compreender desdobramentos do neoliberalismo sobre o cenário socioambiental. Para tanto, percorre-se o caminho da pesquisa bibliográfica em obras de referência no campo da EA dentro da conjuntura da AL.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Geopolítica; Educação Ambiental.

ABSTRACT

This article aims to discuss the contemporary situation with a focus on environmental issues and the political-economic structure in Latin America - LA. Thus, we intend to highlight the importance of EA and its setting within the issues relating to geopolitics, to understand consequences of neoliberalism on the socio-environmental scenario. To this end, traverses the path of literature in reference works in the field of EA LA contextualizing the situation.

KEY WORDS: Latin America; Geopolitics; Environmental Education.

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande/FURG e do Programa de Pós-Graduação de Educação Ambiental. Líder do GTJUS (Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor também em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Contato: quintaveras@gmail.com

² Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na mesma Universidade (PPGEA/FURG). Bolsista CAPES/REUNI. Contato: tiago_fsantos@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade dos lugares.³

A singular reflexão de Milton Santos é estruturante da linha argumentativa deste texto. Em uma frase aparentemente simples, o autor articula de forma lapidar o movimento dialético entre o local e o global, contribuindo para a compreensão do espaço de forma complexa; muitos textos e proposições em educação ambiental – EA em um esforço espontaneísta acabam reproduzindo a falsa antinomia entre o local e o global, buscando dar respostas rápidas a problemáticas locais. Os desdobramentos políticos, sociais, econômicos, ambientais – desde a perspectiva geopolítica – impõem um olhar atento a esta relação dialética, sob pena de tangenciar as implicações continentais da aceleração do metabolismo do capital e do cerceamento dos bens naturais no continente. Além disso, a integração latino americana emerge enquanto paradigma político e social [e cultural?!], e, por sua vez, a EA deve estar atenta a possibilidades de consolidação dos movimentos sociais como novos integrantes do cenário político no novo milênio.

Em que pese o silenciamento ou ainda a caricaturização pelos grandes aparatos midiático-corporativos sobre as discussões em relação às grandes obras de infra-estrutura, ao seqüestro da sociobiodiversidade ou ainda o cerceamento dos bens comuns⁴ pelas empresas transnacionais assegurado pela militarização da região, constitui um imperativo à EA superar a já citada dicotomia local-global. Tornaram-se lugar comum a algumas discussões acerca do meio ambiente, muitas vezes, destituídas de uma percepção ampliada e crítica das questões estruturais contemporâneas na América Latina – AL; promovem, desta maneira, uma mirada fragilizada e desarticulada das questões ambientais na perspectiva latino-americana, reproduzindo a análise fragmentada da realidade e das problemáticas locais. Em meio à desinformação, ou a informações fragmentárias, as questões socioambientais, que são *transfronteiriças*, uma vez corresponderem aos ecossistemas e laços societários, são tangenciadas, ou ainda, prestam um desserviço à EA.

Milton Santos indica que a globalização pode ser apreendida ou propalada como *fábula*, como *perversidade* ou como *possibilidade* (SANTOS, 2003). De acordo com o autor, “... vivemos num mundo confuso e confusamente percebido de economização e

³ Milton Santos, ‘A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção’ (2006, p. 103).

⁴ Adota-se esta expressão para contornar o utilitarismo imbricado na idéia de “recurso natural”; a proposição é debatida por Ceceña (2001; 2009; 2010); Porto-Gonçalves (2006a; 2004; 2006); Seoane & Taddei (2010), dentre outros.

monetarização da vida social e da vida pessoal...” (2003, p. 17). Muitas vezes, e de forma precipitada, reproduz-se acriticamente emblemático *slogan* “pensar globalmente, agir localmente” e as considerações sobre a globalização como o lugar da supressão das dificuldades e das distâncias, da reengenharia da relação espaço-tempo, onde a mundialização da economia garantiria a bonança e a redução das desigualdades nos diferentes rincões do planeta.

O estudo da geopolítica latino-americana permite problematizar estas assertivas, bem como ampliar o espectro de análise, a fim visualizar processos estruturais e anteriores, mais abrangentes do que se pode compreender desde uma mirada pontual e pragmática; isto, faz-se necessário, tendo em vista a compreensão da nova fronteira de expansão do capital de acordo com as proposições de Harvey, na expressão *acumulação via espoliação* onde analisa o avanço do capital sobre bens comuns, bem como seus desdobramentos na reestruturação do território e do ordenamento do espaço, tal como trabalhado por Porto-Gonçalves com a discussão sobre o *neoliberalismo ambiental*, em relação ao acesso a estes bens e à erosão das relações histórico-comunitárias.

Portanto, as discussões sobre a geopolítica latino-americana para o campo da educação ambiental são vitais, pois permitem a leitura do espaço enquanto matriz entre o mundo natural e o social, bem como da força motriz das relações sociais que impulsionam tais dinâmicas e trazem à tona a caracterização de instituições transnacionais, no contexto societal global e regional das últimas décadas.

HISTÓRIA NÃO MUITO DISTANTE DO NEOLIBERALISMO E O DESMANTELAMENTO DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Analisando histórica e panoramicamente a conjuntura político-econômica da AL, vale ressaltar que após os ciclos de ditaduras civis-militares, percebe-se a manutenção da concepção desenvolvimentista, posteriormente radicalizada a exploração da natureza com a implantação do modelo de globalização neoliberal. Desde a perspectiva institucional e macro-econômica, os anos de 1980 e 1990 podem ser considerados “décadas perdidas”, face a aplicação do receituário neoliberal via Programas de Ajustes Estruturais e os Tratados de Livre Comércio – TLC, acarretando no seqüestro da autonomia dos países latino-americanos, no aprofundamento da condição periférica no cenário internacional à globalização da miséria (CHOSSUDOVSKY, 1999; SOARES, 2000).

A arremetida do continente pelos ditames neoliberais para o comércio global figura como uma das causas estruturais da dinâmica de expropriação social e ambiental

existente no cenário latino-americano a partir dos anos 1980. Conjuntura que persiste e pode-se observar fortemente neste novo cenário do século XXI, em países como a Colômbia, o Chile e o México; estas nações continuam sendo portas de entrada para o domínio do multilateralismo, via adoção incondicional das regras do Livre Comércio, ao aceitar a legitimação do novo imperialismo econômico, e também através da instalação de bases militares supostamente voltadas para o controle do narcotráfico, mas que possuem objetivos geopolíticos de médio e longo prazo voltados para o cerceamento dos bens naturais e a desestabilização de forças progressistas da região.

Vale lembrar que a década de 1980, em que pese a emergência de regimes “democráticos”, fora para a América Latina um período de precarização das condições sociais. Segundo Paulo Vizentini, o continente:

[...] assistiu ao esgotamento da industrialização por substituição das importações e à transição dos regimes autoritários à democracia. A abertura das economias nacionais, a transformação do aparelho estatal, a consolidação dos regimes democráticos, e o encerramento da maior parte dos conflitos armados regionais e internos, contudo, não bastaram para solucionar os problemas acumulados na década precedente. (VIZENTINI, 2004, p. 55)

Já na aurora da década de 1990, com a intensificação do processo de mundialização do capital e sua apresentação como o natural processo de globalização emergente ao século XXI, percebeu-se o acirramento da competição econômico-tecnológica entre os países desenvolvidos e, por outro lado, a formação de blocos econômicos, com sérias implicações ao continente. De acordo com Vizentini,

[...] com isso, a já difícil situação internacional da América Latina agravou-se ainda mais e, como consequência, a diplomacia brasileira procurou um novo modelo internacional. Durante o governo Collor (1990-1992), houve inicialmente uma convergência com as propostas norte-americanas para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial, que, no caso da América Latina, era expressa pelo Consenso de Washington. (VIZENTINI, 2004, p. 98)

Os desdobramentos sociais desta conjuntura sócio-econômica são substanciais. De acordo com Laura Tavares Soares, a onda neoliberal pressupõe uma reengenharia do Estado, com políticas liberalizantes, privatizantes e orientadas exclusivamente pela lógica de mercado, tendo desdobramentos, tais como:

[...] os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente desenvolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para a maior mercantilização (e portanto, desproteção da força de trabalho); a legitimação (do Estado) se reduz à aplicação do assistencialismo. (SOARES, 2000, p. 13)

Como consequência desta dinâmica social evidencia-se a refuncionalização do Estado, num contexto de crise geral do sistema produtor de mercadorias, que é levado a uma redefinição ampla do seu papel nessa conjuntura de implementação do neoliberalismo entendido enquanto operacionalização das políticas de privatização econômica e de ataque aos direitos sociais.

A crise contemporânea apresentada como uma breve recessão do mercado financeiro, está delimitada, na verdade, na crise estrutural do sistema hegemônico; atualmente, é caracterizada pela financeirização da economia, no desemprego próximo ou superior a dois dígitos nos países do “norte” e na intensificação das medidas monetaristas para “solucionar” tal oscilação. As raízes desta crise, na verdade, remontam a década de 1980, quando da desregulamentação generalizada dos mercados. Segundo Carvalho e Kregel, elas podem ser

[...] encontradas no amplo apoio à liberalização financeira, que levou a uma desregulamentação substancial dos mercados financeiros nacionais na década de 1980. Isso ocorreu em paralelo ao movimento pela liberalização das políticas econômicas aplicadas nos países em desenvolvimento, atualmente conhecido como o Consenso de Washington. (CARVALHO & KREGEL, 2009, p. 12)

Essas políticas compreendem traços comuns constituindo iniciativas expressas nos processos como os de ajuste fiscal, dismantelamento do Estado, fim das restrições ao capital externo – fim das barreiras ao capital especulativo – desregulamentação econômica, reforma sindical, trabalhista, da previdência, dos programas de parcerias público-privadas; além disso, implica no controle sobre reservas de água, das florestas e sobre a biodiversidade dos países empobrecidos, com a presença em crescimento geométrico da intervenção monetária financeira e o apoio incondicional aos mercados financeiros expressas pelas políticas monetaristas, em ações de salva-guarda diante da nova faceta da crise econômica e política do sistema capitalista.

Concomitantemente, as inúmeras medidas de integração regional propostas denotam a pretensão neocolonizadora dos impérios ditos “do norte”. As propostas de integração regional estadunidenses, marcadamente através da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA e, posteriormente do Plan Puebla Panamá, da Iniciativa Mérida e da formação da Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte – ASPAN, não vacilam em criar espaços de integração regional sob a hegemonia das principais potências capitalistas (Cf. CECEÑA, 2001; 2009; 2010; 2011). Segundo Porto-Gonçalves, em se tratando da questão geopolítica, “... o colonialismo e o imperialismo não deixam de existir sob a globalização neoliberal. A colonialidade do poder tem na dívida externa e nas políticas de ajuste, recomendadas pelos organismos internacionais, seu principal instrumento de dominação política nos dias que

correm (2006a, p. 47). O sistema-mundo-moderno-colonial, nas últimas décadas, relegou à AL um processo de reprimarização da economia, a dilapidação do patrimônio público e do aparato estatal, bem como impôs uma condição de sujeição às instituições financeiras internacionais, face aos serviços da dívida externa.

Nesta direção, as proposições de Seoane & Taddei indicam que a

[...] globalización neoliberal deparará igualmente consecuencias regresivas sobre la democracia y el carácter “nacional” de la autoridad estatal. En este sentido, bajo la celebración del fin del Estado-nación, tendrá lugar un proceso de privatización de la capacidad estatal de regulación social y de la llamada “soberanía nacional frente a los poderes políticos, económicos y militares internacionales y a esa capacidad de “nuevo constitucionalismo global” detenida por las grandes corporaciones transnacionales, que pondrá en entredicho de manera creciente la “autonomía” e “independencia” nacional de los países del Sur cifrando así la nevadura de un nuevo imperialismo (SEOANE & TADDEI, 2010, p. 11)

A pauperização, e seu caráter intrinsecamente entrópico, já na primeira década do novo milênio, trouxeram cortes institucionais substanciais, construindo uma conjuntura econômica e social bastante distinta das anteriores. A emergência de governos progressistas eleitos democraticamente a partir da resistência à implantação dos pacotes tecnológicos neoliberais como na Bolívia, ou ainda a superação das tentativas de golpe de Estado no Equador, colocou um dique em tal processo. Além disso, permitiu uma reestruturação do papel do Estado na economia e via de regra, tornou-o indutor de programas de desenvolvimento econômico e social e, ainda, fomentou a aproximação e integração dos países do chamado “terceiro mundo”, o mesmo para a AL. Sem desconsiderar a relação assimétrica entre o capital e o Estado, pode-se considerar um novo ordenamento institucional onde o Estado passa a ser regulador e mediador do capital no mercado.

Para além de uma mirada que poderia ser considerada economicista, deve-se compreender tal processo e, para tanto, o conceito de *globalização* ganha centralidade. Para além das abordagens consideradas comportamentalistas pela educação ambiental crítica, busca-se apreendê-lo na triangulação Estado–Capital–Meio Ambiente; para tanto, busca a compreensão dos desdobramentos socioambientais das políticas de Estado e os impactos da ação das corporações, tendo como objetivo primeiro investigar as expressões do neoliberalismo ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004; 2006a; 2006b).

De acordo com Porto-Gonçalves,

*A maior taxa de exploração da natureza e a materialização dos danos ambientais podem bem ser, e têm sido, uma compensação para as altas taxas de juros. A *financeirização* generalizada e sua ideologia correspondente, o mercado como*

panacéia, turva-nos a visão de que há uma produção material que continua para além (e aquém) da alienação financeira. (PORTO-GONÇALVES, 2006a, p. 39)⁵

Ainda para este autor, a globalização pode ser compreendida a partir da perspectiva do poeta e musicista Tom Zé, a *globalbarbarização*, ou ainda, na perspectiva do pensador Milton Santos, o *globalitarismo*. Não se trata apenas de um jogo de palavras, mas sim de um descentramento da apresentação da globalização neoliberal como o único caminho, como processo irreversível de mundialização do capital e agigantamento das corporações em detrimento da sociedade civil e do Estado.

A partir desta perspectiva, pode-se compreender o processo de militarização e de financeirização da economia, característicos ao longo dos últimos anos, como uma manifestação de mimetização do capital tendo em vista a saturação da manutenção das taxas de acumulação, derivada da estafa [e da impossibilidade de manutenção] da sobreacumulação, em um momento de subconsumo.

Se a AL está na encruzilhada, de que forma a EA poderia estar desatenta a tal debate?!

O DESAFIO AMBIENTAL IMPOSTO PELA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na unidade anterior, procurou-se evidenciar a existência de um desafio ambiental, ainda mais complexo em tempos de globalização neoliberal, face à intensificação da expansão da fronteira de acumulação do capital, a intensificação das taxas de exploração dos bens naturais e o cerceamento imperialista destes mesmos bens. Este contexto evidencia a necessidade de atenção às questões estruturais da conjuntura contemporânea, bem como a sua apreensão crítica pela EA.

O desafio que se coloca, então, é a superação da confusão entre meio natural e meio ambiente e a problematização da concepção utilitário-racional que o considera enquanto matéria-prima, ou seja, como recurso natural. Além disso, busca superar uma visão fragmentário circunscrita em elementos físico-químicos e biológicos e que na “[...] ausência de crítica política e análise estrutural dos problemas que vivenciamos possibilita que a educação ambiental seja estratégica na perpetuação da lógica instrumental do sistema vigente, ao reduzir o “ambiental” a aspectos gestionários e comportamentais” (LOUREIRO, 2006a, p. 13). A partir da compreensão de meio ambiente enquanto matriz do meio natural com o mundo social, impulsionado pela força motriz das relações sociais e sua materialidade, bem

⁵ Grifo do autor.

como a discussão sobre os conflitos ambientais em relação à assimetria característica do acesso aos bens naturais intensificados ao longo dos últimos anos, demanda novas leituras da questão ambiental face à sua complexidade (LAYRARGUES, 2006a; 2006b).

Este movimento, por sua vez, implica na definição de um campo ambiental pertinente a construção de um determinado sentido de poder voltado para a conservação ou para a transformação. A reprodução da concepção dos elementos componentes da natureza enquanto recurso natural corrobora a perpetuação da assimetria nas relações materiais de existência, bem como na reprodução de uma concepção alienada e alienante de natureza.

O desafio ambiental colocado pelo neoliberalismo ambiental, implica na centralidade do debate acerca do conceito de território (PORTO-GONÇALVES, 2006b). Neste sentido, de acordo com Ceceña, é necessário compreender o território de forma complexa, em sua totalidade, onde é

[...] entendido como espacio material y simbólico de asentamiento y creación de la historia y la cultura, así como de la construcción de utopías colectivas y alternativas societales, es el punto de partida de la construcción de las identidades [...] El diseño de una nueva geografía y la construcción/modificación de los modos de uso del territorio implican entonces una transformación profunda de las relaciones sociales, de las relaciones entre naciones, de las historias y culturas regionales y del imaginario colectivo como expresión del juego de fuerzas entre las distintas visiones del mundo. La concepción y uso del territorio es un ámbito de lucha civilizatoria, cuyo significado e implicaciones son muy profundos (CECEÑA, 2001, p. 08)

A intensificação exponencial da exploração dos bens naturais, não apenas coloca em xeque as possibilidades de reprodução de tal modo de produção. A questão ambiental não limita-se apenas à impossibilidade de manutenção das condições de vida às próximas gerações da espécie humana. A própria dinâmica social contemporânea evidencia as contradições deflagradas pela injustiça ambiental, algo que vai de encontro ao discurso hegemônico de redução das desigualdades sociais a partir da idéia de desenvolvimento.

Portanto, os conflitos ambientais denotam as condições materiais de existência coletiva própria a sociedades assimétricas regidas por mecanismos sociopolíticos em que a maior parte dos danos ambientais do crescimento econômico é destinada a grupos sociais marginalizados, incluindo populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, dentre outras em situação de vulnerabilidade social. (ACSELRAD, 2000; 2005; 2010; ACSELRAD *et. al.* 2009).

Neste sentido, a noção de justiça ambiental implica em um ambiente equilibrado e produtivo para todos, contemplando as suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Segundo Acselrad, esta noção “[...] exprime um

movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (ACSELRAD, 2010, p. 108).

Especificamente em relação à educação ambiental, Layrargues considera fundamental o debate sobre os conflitos socioambientais e a aproximação com as proposições da justiça ambiental. Segundo o autor, de acordo com a complexidade da questão ambiental contemporânea, ressalta a necessidade da consolidação de um conjunto de práticas educativas para a problematização e reflexão acerca dos valores culturais e dos paradigmas científicos dominantes na civilização ocidental (LAYRARGUES, 2006a).

Neste sentido, a educação ambiental crítica coloca-se como

[...] um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (LAYRARGUES, 2002, p. 169).

O que está em jogo, coloca-se para além do econômico, do político ou do social. A sinergia destas três dimensões exige a construção de novos padrões civilizacionais, onde a natureza não seja considerada apenas uma matéria-prima. Segundo Seoane & Taddei *et. al.*, as pautas contemporâneas centram-se na

[...] *lucha contra la contaminación y el saqueo y el desafío de poner en marcha alternativas que consideren también la cuestión ecológica, han significado el desarrollo de una perspectiva crítica no solamente al neoliberalismo sino a la concepción tradicional del desarrollo. En este sentido, la defensa del “buen vivir” como horizonte civilizatorio alternativo implicó una de las formulaciones más precisas de este cuestionamiento a la concepción productivista del desarrollo* (2010 79).

O enfrentamento da própria concepção dominante de natureza implica em uma mudança paradigmática. A concepção hegemônica de meio natural enquanto “recurso natural”, por excelência produtivista e voltada para a exploração intensiva do meio natural, bem como a dinâmica conflituosa pela apropriação privada dos bens naturais, expressam a racionalidade econômica característica da sociedade contemporânea. A respeito da questão do território e da concepção do meio natural, Seoane & Taddei indicam que a

[...] *idea de “recursos naturales” remite a una cosmovisión, propia de la sociedad capitalista, donde hombre y naturaleza aparecen “naturalmente” dissociados. Esta separación, que nada tiene de natural sino que es una construcción histórica propia del desarrollo del capitalismo, constituye uno de los principios fundantes de la llamada modernidad capitalista: la separación ontológica entre sujeto y objeto, entre hombre y naturaleza. A partir de la “naturalización” histórica de esta*

separación, el discurso económico liberal legitimó hasta nuestros días la idea de naturaleza como una “exterioridad” al hombre, como algo pasible de ser apropiado en pos del “desarrollo” productivo del capital, sin reparar en las consecuencias que esta práctica pueda tener sobre las condiciones de vida de la especie humana. (SEOANE & TADDEI, 2010, p. 77-78)

Já em relação ao desafio ambiental e à conjuntura política e social contemporânea, Porto-Gonçalves assevera que:

[...] o período de globalização neoliberal já nascera sob o signo do desafio ambiental, desafio esse que não se colocara para nenhum dos períodos anteriores da globalização [...] O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a idéia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza!* (PORTO-GONÇALVES, 2006a: 61)⁶.

A EA deve estar atenta à conjuntura contemporânea; e, assim, diante da questão ambiental colocada pela intensificação da taxa de exploração dos bens naturais pode colaborar com a elaboração de métodos de entendimento e ações em prol de iniciativas às transformações sociais; em especial, na América Latina por se tratar de um cenário marcado pela desigualdade e pelo risco permanente de reconquista colonial por forças que dominam a ordem geoeconômica, cultural e política. De acordo com Loureiro,

Por outro lado, a dominação desses grupos pode ser colocada em xeque quando as representações hegemônicas entram em um campo de forças, tendo sua legitimidade questionada, colocando as sensibilidades ambientais e a construção da realidade em um movimento tensionado entre reprodução e transformação. Está aberto o caminho para a discussão sobre a constituição de um “campo ambiental” (LOUREIRO, 2009, p. 87)

Delimitar o debate sobre meio ambiente nas relações sociais e materiais de existência, pauta de uma visão crítica de EA, permite uma mirada radical sobre a problemática socioambiental e a visualização do cenário de injustiça ambiental configurado na atual conjuntura do sistema social hegemônico.

A convergência de análise do meio natural à dimensão social possibilita a apropriação complexa da problemática socioambiental contemporânea, buscando aprofundar a compreensão da discussão ecológica enquanto debate político, enquanto espaço propositivo e de construção de políticas públicas progressistas. Neste sentido, a leitura criteriosa da conjuntura e os sucessos dos últimos anos torna-se um imperativo a uma EA que pretenda-se crítica. Em relação à superação de uma mirada ingênua em busca de uma compreensão ampliada das problemáticas socioambientais, Carvalho traz elementos da pedagogia freireana e aponta como especificidade da EA a mesma incentivar a busca por “... compreender as

⁶ Grifo do autor.

relações entre a sociedade e a natureza e intervir nos problemas e conflitos ambientais” (2006, p.156). Por isto, torna-se central um olhar à conjuntura latino-americana, a fim de apreender as dinâmicas sócio-espaciais e a assimetria nas relações sociais no continente. Neste sentido, Layrargues, assevera:

[...] então, o que “educação ambiental” tem a ver com “mudança social”? Educação ambiental tem relação com concentração de renda? Com exclusão social? Com desigualdade? Justiça social? Ou por ser “ambiental”, essa educação tem compromisso apenas com a criação de uma ética e consciência ambiental? A mudança social, apesar de ser algo necessário, não parece ter muito a ver com a questão ambiental... Mas se a educação ambiental é uma prática pedagógica voltada para a criação de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, como é possível fazer uma educação ambiental com responsabilidade social? Como é possível uma educação que é “ambiental” incorporar também a questão social? Como é possível juntar duas coisas que sempre vimos separadas? A questão que se coloca é se a educação ambiental, da mesma forma que a educação, possui relações com a mudança social, seja na perspectiva da manutenção do *status quo* ou da transformação social (LAYRARGUES, 2009, p. 25).

Por esta razão, a compreensão crítica do desenvolvimento da ordem neoliberal constitui um eixo temático estruturante das problematizações da EA. A dominação da natureza, não desconsiderada a intensificação de sua taxa exploração, haja vista ser assimétrica, define as questões ambientais como questões sociais, uma vez determinarem e serem determinadas pelas relações sociais que condicionam o acesso aos bens naturais, como mencionado acima.

Desde a mirada crítica e contribuindo à compreensão das problemáticas socioambientais de forma ampliada, Carvalho reitera a importância da observação e apreensão das relações sociais nas quais estão circunscritas as relações determinantes do acesso aos bens naturais. Problematizando a EA ingênua, considera que

[...] a complexidade dos conflitos sociais que se constituem em torno dos diferentes modos de acesso aos bens ambientais e de uso desses bens – os quais, ao mesmo tempo em que garantidos na Constituição como de usufruto comum, têm sido cada vez mais disputados por objetivos particulares e setoriais em detrimento dos interesses coletivos. Outrossim, semelhante perspectiva não deixa emergir o debate e as divergências imbricadas nas relações entre os diversos saberes produtores das diferentes, e muitas vezes conflituosas, compreensões do ambiental (CARVALHO, 2006, p. 153-154).

A autora indica ainda a necessidade de atenção à globalização e contribui para alargar a compreensão das questões socioambientais. Aponta à necessidade da ação local dos movimentos sociais, e ao mesmo tempo, ressalta a apreensão crítica da conjuntura global, tendo em vista que a percepção da crise ambiental como questão social é pautada pela globalização, “... o famoso lema ecológico “Agir local, pensar global” já expressa a compreensão de que as realidades locais são profundamente afetadas por ações, decisões e

políticas definidas internacionalmente” (2006, p. 50-51). Ainda segundo a autora, dentre outros objetivos da EA, elenca um diretamente relacionado às proposições aqui defendidas, sendo este “... contribuir para a transformação dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, em direção a formas mais sustentáveis, justas e solidárias de relação com a natureza” (2006, p. 159).

Por tudo isto, a apropriação dos bens naturais ganha centralidade nesta perspectiva. Os sucessos e os desdobramentos do neoliberalismo ambiental na AL, neste sentido, constituem-se como imperativos, como focos de uma análise crítica pela EA. Ao mesmo tempo, as resistências às tentativas neoconizadoras têm mostrado força a partir de uma articulação sul-sul, tendo maior expressão na integração político-econômica dos países latino-americanos, em uma perspectiva de enfrentamento à mercantilização da natureza.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao longo do texto procurou-se sustentar a argumentação de que estudo da geopolítica latino-americana é determinante para uma compreensão crítica das problemáticas socioambientais, a partir da ampliação do espectro de análise, o que permite visualizar os processos globais do avanço do capital sobre bens comuns e ainda, permite visualizar os impactos destes desdobramentos na construção da territorialidade das diferentes comunidades ao longo do vasto continente. A ampliação dos níveis de consumo e da pegada ecológica de maneira assimétrica evidencia as desigualdades sociais e a observação criteriosa ao acesso aos bens naturais permite visualizar uma alarmante situação de injustiça ambiental.

Ao mesmo tempo, a mirada à contemporaneidade indica a necessidade de atenção aos eventos ocorridos ao longo dos últimos meses, face às profundas transformações na ordem político-social e econômica no continente. Trata-se aqui da aceleração da militarização, da pressão à expansão do Plano Colômbia, do Golpe e da tentativa de Golpe de Estado em Honduras e no Equador, respectivamente, desde a perspectiva hegemônica; e, ao mesmo tempo, da construção de um mundo multipolar e da construção da *Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra* – CMPPC como alternativa à impotência do protocolo de Kioto e da COP-16 [e das instituições “multilaterais” como um todo] para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo.

Por fim, vale ressaltar se a globalização, conforme as proposições de Santos, pode constituir um cenário de *possibilidade*, quais cenários se apresentarão ao longo dos próximos anos em termos de América Latina?! A atenção aos desdobramentos políticos, econômicos e sociais é determinante a uma mirada crítica. De qualquer forma, vale fortalecer as frentes de

enfrentamento e fomentar as alternativas à estrutura hegemônica, ao desenvolvimento de políticas públicas progressistas no fortalecimento da aliança continental, em direção à universalização do direito ao acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental:** novas articulações entre meio ambiente e democracia. 2000. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/JANovasArticulacoes-%20ms.pdf>

_____. **Justiça Ambiental: Narrativas de resistência ao risco social.** In: **Encontros e Caminhos:** Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

_____. **Ambientalização das lutas sociais:** o caso do movimento por justiça ambiental. In: *Estudos Avançados*. v. 24. n°. 68. 2010.

ACSELRAD, Henri *et al.* **O que é Justiça Ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Fernando J. Cardim; KREGEL, Jan Allen. **Quem controla o sistema financeiro?** Publicação do Instituto de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, 2007.

_____. **Crise Financeira e déficit democrático.** Publicação do Instituto de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, 2009.

CECEÑA, Ana Esther. **La territorialidad de la dominación. Estados Unidos y América Latina.** Revista Chiapas, México, UAM, n°. 12.

_____. **Caminos y agentes del saqueo en América Latina.** Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2009.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza:** os impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

LAYRARGUES, Philippe P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P. & CASTRO, R. S (Orgs.) **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Muito além da natureza:** educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B. *El al.* (Orgs.) **Pensamento complexo, dialético e educação ambiental.** São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. Educação Ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. *In*: Carlos Frederico Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (Orgs.). **Repensar a educação ambiental, um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, Geisy Leopoldo Barbosa e Marina Barbosa Zborowski. Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental, *in*: Carlos Frederico Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (Orgs.). **Repensar a educação ambiental, um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14^a. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio *et al.* **Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los pueblos**. Publicação do Instituto de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e do *Grupo de Estudios sobre América Latina y Caribe* – GEAL, 2010.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.